
Fazenda apura 14 bets por dedução de bônus; Blaze soma R\$ 96,1 mi

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

Fazenda apura 14 bets por dedução de bônus; Blaze soma R\$ 96,1 mi

Apuração mira o abatimento de bônus promocionais da receita bruta em exercícios já encerrados, mesmo com as outorgas extintas

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 14/10/2026 às 07h02

· 5 min de leitura

Por que importa

A apuração alcança exercícios já encerrados: outorga extinta não encerra passivo tributário de quem deduziu bônus da receita bruta.

A documentação de campanhas promocionais — termos, regras de rollover e logs de concessão e saque — passa a ser prova fiscal e precisa sobreviver ao desligamento das plataformas.

Contingência dessa natureza muda a precificação de ativos e de créditos contra a União em negociações de M&A em curso.

Fazenda apura 14 bets por dedução de bônus; Blaze soma R\$ 96,1 mi

O Ministério da Fazenda apura 14 empresas de apostas e jogos online por suspeita de subdeclaração de receita, com foco na dedução de bônus promocionais da base de cálculo — e, no caso da Blaze, a diferença estimada chega a R\$ 96,1 milhões entre tributos e repasses obrigatórios, segundo reportagem do UOL/Folha C-Level reproduzida pelo Yogonet Brasil em 13 de outubro.

O recado para quem está desmobilizando operação é direto: a fiscalização olha para trás. A apuração trata de receita declarada durante o período regulado, quando a Lei 14.790/2023 e a regulamentação da SPA/MF já estavam em vigor. O fim da operação legal não interrompe o exame de exercícios encerrados.

O que está em disputa na conta

A controvérsia é técnica e conhecida de quem fecha balanço no setor: a receita bruta de apostas admite dedução apenas de bônus disponíveis para saque sem exigência adicional. Benefício de uso restrito na plataforma, condicionado a apostar determinado número de vezes, deveria ser lançado como despesa de marketing — e não abatido da base de apuração do GGR e dos repasses.

Nos números atribuídos à reportagem de origem, a Blaze declarou faturamento de aproximadamente R\$ 1,9 bilhão e deduziu R\$ 477,3 milhões classificados como "bônus sacáveis", reduzindo a receita informada a cerca de R\$ 1,43 bilhão. Material promocional da própria empresa, de maio de 2025, citava exigência de rollover de até cerca de 35 vezes o valor concedido.

RubricaValor estimado

Repasses a finalidades sociaiscerca de R\$ 57 milhões

CofinsR\$ 31,9 milhões

PISR\$ 6,9 milhões

Total estimadoaté R\$ 96,1 milhões

Diferença estimada no caso Blaze, por rubrica

Os valores são estimativas atribuídas à apuração jornalística, não dívida constituída. Os procedimentos administrativos estão sob sigilo e, até o fechamento desta edição, não havia decisão publicada, auto de infração divulgado ou crédito definitivamente lançado. A

Fazenda apura 14 bets por dedução de bônus; Blaze soma R\$ 96,1 mi

informação de que as penalidades no setor poderiam chegar a R\$ 2 bilhões é atribuída à SPA, sem metodologia divulgada — não serve como projeção de multa.

O que não foi confirmado

Os nomes das 14 empresas apuradas. Além da Blaze, a reportagem cita a RR Participações, ligada às marcas MultiBet e Ricobet.

Se a apuração é conduzida pela Receita Federal, pela SPA ou por ambas, e qual portaria ou instrução normativa foi invocada.

O número dos processos e se há auto de infração lavrado contra qualquer das empresas.

Se a extinção das outorgas altera o rito de cobrança ou a competência para executar eventuais créditos.

Em nota reproduzida pelo Yogonet Brasil, a Foggo Entertainment, responsável pela exploração da marca Blaze no Brasil, afirma seguir as normas aplicáveis ao setor, declara que suas demonstrações financeiras seguem orientação das autoridades e diz estar à disposição dos órgãos competentes. Não houve declaração nominal de autoridade da SPA/MF sobre o caso.

O bônus virou um fato fiscal

Para marketing e CRM, a leitura é incômoda: o desenho da campanha — com ou sem exigência de aposta mínima antes do saque — deixou de ser escolha de canal e passou a determinar a classificação contábil. É a mesma lógica que já apareceu na discussão sobre saldo de bônus na restituição, agora aplicada a exercícios fechados.

O que fazer nos próximos dias

Refazer a conciliação de bônus por exercício, separando o sacável sem condição do que exigia rollover, e confrontar com o que foi efetivamente deduzido.

Preservar evidência antes de desligar plataforma e data warehouse: termos e condições versionados, regras de rollover, extratos de concessão e de saque.

Reclassificar como despesa de marketing o que não atendia ao critério e dimensionar a diferença em PIS, Cofins e repasses sociais.

Avaliar denúncia espontânea com o jurídico tributário antes de qualquer lançamento de

Fazenda apura 14 bets por dedução de bônus; Blaze soma R\$ 96,1 mi

ofício.

Registrar a contingência no balanço e nos contratos de M&A em negociação.

O item de preservação de prova colide com o cronograma de desmobilização em curso em boa parte do mercado. Quem já definiu o que desligar e quando na plataforma de apostas precisa revisar o plano: base promocional e logs de bônus deixam de ser dado descartável. Sem eles, não há defesa administrativa possível.

Prazo vivo é o do Congresso

Não há prazo público nesta apuração. O relógio que corre é legislativo: o período de emendas à MP 1.384/2026, que proibiu as bets e extinguiu as outorgas, encerrou-se em 13 de outubro, e a medida segue sem relator definido. A designação do relator e o calendário de votação definem o resto do trimestre.

Para quem avalia compra de ativos ou de crédito contra a União de bets sem outorga, a apuração acrescenta um passivo contingente que não estava no modelo. O ponto não é o valor de hoje, que ninguém conhece, mas o fato de a base de cálculo de GGR dos últimos exercícios estar aberta a revisão.

No mesmo 13 de outubro, a Operação Disque 151, da Polícia Civil de São Paulo, cumpriu nove mandados entre prisões e buscas em São Paulo e Mogi das Cruzes contra apostas clandestinas, segundo a Agência SP. A Agência Brasil informou três presos e bloqueio judicial autorizado de até R\$ 154 milhões. São frentes distintas — uma fiscal e administrativa, outra criminal —, mas o conjunto indica que a atenção do Estado ao setor não diminuiu com o fim da operação legal.

Sua conciliação de bônus está de pé?

Antes de desligar a plataforma, confira se os termos de rollover, os logs de concessão e os extratos de saque continuarão acessíveis — e acompanhe no iGBRASIL o desdobramento da apuração das 14 empresas. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Blaze · Bônus · Compliance · Lei 14.790/2023 · SPA/MF · Tributação

Fazenda apura 14 bets por dedução de bônus; Blaze soma R\$ 96,1 mi

Fonte original:

<https://igbrasil.com/noticias/regulacao/fazenda-apura-14-bets-por-dedacao-de-bonus-blaze-soma-r-96-1-mi>

Documento gerado em 14/10/2026 às 13h15.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.

iGBRASIL